



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Declaro iniciada a 2ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 11/2011, de autoria deste Senador, aprovado na 4ª reunião ordinária, realizada no último dia 4 de maio, com a finalidade de ouvir o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, a quem já tenho a honra de ter composto a Mesa e que prestará a esta Comissão, na forma proposta em convite, esclarecimentos sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009.

Anuncio também, para nossa honra e satisfação, a presença do Superintendente de Repasses da Caixa Econômica Federal, Sr. José Carlos Medaglia, que também já está presente à mesa.

Para melhor ordenamento dos nossos trabalhos, comunico que, de acordo com o Regimento, art. 256, § 2º, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado, com a prorrogação oferecida pela Mesa.

Conforme estipulado também no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

A lista de inscrições para o debate já está aberta.

Com a palavra o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda. É um prazer tê-lo aqui.

**O SR. JORGE FONTES HEREDA** - Cumprimento o Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Orçamento, e todos os Senadores e Deputados presentes.

Quero começar pedindo desculpas pela minha ausência na semana passada. Eu estava conversando aqui com o Senador a respeito do problema. Além de na Caixa haver reunião do Conselho Diretor, de acordo com o estatuto, todas as terças-feiras, na terça-feira passada, no mesmo horário da audiência, eu estava em reunião com a Presidenta Dilma a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Era difícil deixar de comparecer à reunião com a Presidenta. Espero que esse motivo sirva para que os senhores me perdoem pelo fato de não ter estado aqui na semana passada.

Quero dizer que para a Caixa e para mim é muito importante vir aqui esclarecer fatos e situações a respeito da nossa participação no processo de repasse.

Eu digo para os nossos funcionários que a Caixa tem que ocupar todos os espaços que pode, para que fique cada vez mais clara qual a nossa participação no processo e que medidas estamos tomando para melhorar nosso atendimento ao Governo Federal nos processos de repasse.

Tentarei ser muito breve em minha exposição, a fim de apresentar como a Caixa atua e quais são as exigências para o processo. Na sequência, poderemos debater com base nas informações que estou trazendo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse primeiro eslaide é para situar a Caixa no processo de repasse. Nós temos toda a legislação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei de Orçamento Anual, que passa pelos Ministérios, pelos programas do Governo, e chega à Caixa, que é mandatária dos Ministérios.

São 17 os órgãos do Governo aos quais prestamos serviço de repasse.

Nós atuamos em 5.494 Municípios dos 5.562 Municípios brasileiros; 98,7% dos Municípios brasileiros têm repasses via Caixa.

O próximo eslaide é para mostrar um pouco como foi a liberação dos recursos em 2010. Nós temos em amarelo o que é PAC e em azul o que é repasse. É importante que vejamos que os recursos do PAC e os recursos dos repasses das emendas estão relativamente equilibrados. O montante que repassamos no ano passado para o PAC foi de 2 bilhões 734 milhões 592 mil reais, e para o não PAC foi de 2 bilhões 462 milhões de reais. Quer dizer, foram recursos mais ou menos equilibrados, nessa proporção que temos na tela.

O próximo eslaide mostra a efetividade da contratação. Nós temos dados aqui desde 1996, quando se iniciou o processo de repasse. É importante — e acho que todos os senhores sabem — frisar a diferença que existe entre convênio e repasse. O repasse é um processo muito mais regulado, com muito mais normas e com um procedimento muito mais detalhado, como vamos ver na sequência.

Aqui temos a seleção, o empenho e a contratação por ano. Essa diferença entre contratação e empenho, na maioria das vezes, é problema de CAUC.

Essa é a contratação que temos todo final de ano com relação às emendas.



O próximo gráfico mostra o número de contratos que temos. São cerca de 52 mil os contratos ativos que a Caixa administra.

Na sequência, um dado muito importante: temos quase 52 mil contratos ativos, e 85% desses contratos são repasses de até 500 mil reais. Se formos até 1 milhão de reais, veremos que passam de 90%. Então, 85% dos repasses que fazemos são de até 500 mil reais.

É importante dizer o seguinte: um repasse de 100 mil reais custa 22 mil reais para nós acompanharmos. Quer dizer, o processo burocrático que envolve o acompanhamento do repasse de uma emenda é também muito caro, porque se somarmos a esses 22 mil reais de custos da Caixa o custo de todos os órgãos de controle, de todos os órgãos de Ministérios e tudo o mais, arrisco-me a dizer que é capaz de gastarmos mais para controlar, Presidente, do que conseguimos repassar de recurso.

Essa é a primeira reflexão que quero deixar aqui e que é uma preocupação muito grande da Caixa.

Se fizermos essa discussão de uma maneira muito, vamos dizer assim, reduzida, sob o ponto de vista da abrangência do problema, vamos dizer: *“Olha, a Caixa tem mais ou menos capacidade, temos que ter mais ou menos capacidade para poder atender e tudo o mais”*. Mas existe uma irracionalidade no processo, uma irracionalidade que mobiliza milhares de técnicos e uma série de processos burocráticos que fazem com que sejamos obrigados a tratar uma emenda de 100 mil reais do mesmo jeito que um processo de repasse ou de um programa do Governo de 500 milhões de reais. Tenho que fazer o mesmo processo. Às vezes, o processo para os repasses de 100 mil reais, de 500 mil reais, é até mais difícil de fazer, porque nele tenho que cobrar CAUC e essas coisas.

No PAC, a transferência tem característica de transferência obrigatória, portanto não tenho que pedir CAUC. Há alguns procedimentos mais simplificados. Às vezes, o Prefeito, lá na ponta, ou o Governador, que são os alvos da emenda, não conseguem entender por que para uma emenda “x”, pequena, ele tem que ter CAUC e para a outra ele não precisa ter. Isso também é parte desse processo.

A Caixa tem procurado cada vez mais aumentar a sua capacidade. Toda vez que discuto essa questão das emendas e dos repasses digo algo que quero dizer aqui aos senhores, com toda a transparência: estou preocupado primeiro com o que eu preciso corrigir, com o que eu preciso melhorar dentro da Caixa. Temos consciência de que toda informação que é dada pelos Deputados, pelos Senadores e pelos Prefeitos é uma informação importante para corrigirmos as nossas falhas. Não estou fazendo essa discussão aqui dizendo que somos perfeitos. Quero dizer inclusive o que estamos fazendo para corrigir os nossos defeitos. Mas estou aproveitando a oportunidade também para colocar a questão do tamanho que ela tem. Fora a capacidade operacional da Caixa, temos outras questões que poderiam simplificar muito, inclusive, a operação. É isso que estou trazendo aqui.

Na estrutura própria das regionais da Caixa, há 51 unidades técnicas regionais de Governo — são as *(ininteligível)* que fazem essa comparação. Temos 80 superintendências regionais no Brasil, 507 cargos gerenciais, 1.150 engenheiros e arquitetos do quadro, 222 técnicos sociais do quadro e mais uma estrutura de apoio credenciada de 2.216 escritórios de engenharia, com 3.256 engenheiros e arquitetos, e 194 escritórios de trabalho social, com 664 técnicos sociais.

No outro eslaide, podemos ver os órgãos do Governo Federal aos quais prestamos serviços. São 17 órgãos, que vão desde o Ministério das Cidades até o Ministério da Saúde. Na sequência, podemos ver que o Ministério das Cidades é o nosso maior cliente, mas há também o MAPA, o Ministério do Turismo, o Ministério do Esporte e o MDA com uma participação significativa.

Neste ponto queria dizer que nós temos que respeitar essa sequência de diplomas legais aí expostos. Não vou detalhá-los, mas é essa a legislação que somos obrigados a seguir.

Chamo a atenção para o fato de que — e não tenho nenhuma intenção de dizer que a Caixa não tem problema, pelo amor de Deus; já comecei dizendo que não é isso — 54% das exigências normativas que observamos são legislações. É lei, então temos que seguir, não tem jeito. Outros 36% são normas dos órgãos gestores dos Ministérios, nem sempre com o mesmo entendimento do que seja fazer repasse e sobre critérios e normas de repasses. Assim, somos obrigados a ter praticamente 16 ou 17 regras para cumprir na ponta. Por quê? Porque não está unificado esse procedimento. Há normas gerais que dizem como deve ser, mas cada um tem sua peculiaridade. Isso é difícil não só para nós, na ponta, que somos obrigados a fazer a análise do projeto, mas também para os Municípios entenderem por que pavimentação, no Ministério do Turismo, é uma coisa e, no Ministério das Cidades, é outra. É uma coisa difícil de se entender mesmo. E todos têm seus motivos técnicos, suas razões.



Vemos ali que 4% são provenientes de órgãos de controle. O que tem acontecido, sistematicamente — e vou concluir o mais rápido que puder —, é que 4% disso são normas dos órgãos de controle. Por exemplo, o TCU acha que o processo tal precisa ter mais rigor, aí manda uma norma. Tanto o gestor quanto nós recebemos uma determinação: *“É preciso fazer isso, melhorar não sei o quê, olhar mais isso, ser mais rigoroso naquilo”*. E isso vira norma. E cada vez mais tem virado norma, porque ninguém quer ficar, na verdade, como ônus de dizer: *“O TCU falou que tem que ser feito dessa forma”*. E, às vezes, são recomendações irracionais e que não devem ser cumpridas, porque nos fazem ter deseconomias como essa que falei.

O processo de controle é importante, lógico, e ninguém pode abrir mão dele, mas é importante também não confundirmos controle e rigor com os recursos públicos com burocracia exagerada que não controla a questão.

Nesse processo todo, esses 4% têm aumentado constantemente, em situações até de o nosso técnico, na ponta, receber notificação pessoal. E, depois que esse técnico que está na ponta recebe uma notificação pessoal e, como ocorre muitas vezes, no decorrer do processo de esclarecimento, mostra-se que não há problema nenhum, para ele assinar um processo vai ficar cada vez mais difícil. Então, é preciso que sejam pactuados critérios sobre o que é a atribuição de cada um, qual é a norma que tem que ser seguida, no sentido de dizer o que é um acompanhamento, que é diferente de uma fiscalização. A Caixa não é fiscal, como muitas vezes se entende, pela série de obrigações que temos de pedir isso e aquilo, procedimentos que não são um desejo nosso e, em muitos casos, são exagerados.

Há 6% ali que são responsabilidade nossa: o azul-claro, operacional interno, e o amarelo, que são normas da Caixa, que também recebe e coloca. Isso não quer dizer que 6% das normas signifique que não temos trabalho, no sentido da interpretação das normas que nos seguem. Não estou dizendo isso. Acho que há todo um trabalho de uniformização das ações, de racionalização do atendimento, que é sempre onde terminamos pecando, para o que temos que perseguir a melhoria também.

No processo de repasse, nós normalmente contratamos a partir do CAUC e de um plano de trabalho. Mais adiante nós vamos ver quanto tempo demora esse processo.

Nós recebemos primeiro as seleções, depois fazemos o empenho e a contratação. Depois existe um mecanismo, que se chama cláusula suspensiva, que permite que, durante um tempo, se faça projeto, licitação e se continue a fazer a obra. Então, assina-se o contrato da maneira mais simples que existe. Depois, o fluxo financeiro é determinado pela disposição dos recursos pelos Ministérios. Muitas vezes ouvimos alguém dizer que a Caixa não pagou tal medição. Isso depende do fluxo de caixa que recebemos.

Aqui são algumas críticas que existem entre os vários setores. Eu não vou detalhar isso. O que quisemos dizer com essa tela foi o seguinte: nós temos responsabilidades. Se formos analisar a Caixa, nós temos problema de despadronização de procedimentos; exigências excessivas de interpretação de normas; problemas de prazos longos em algumas situações no País, em relação à cobertura de atendimento. Mas esse é um problema operacional da Caixa. Então, vamos tratar dele, e sabemos que precisamos melhorar. Agora, há uma série de outros agentes nesse processo, e não adianta ficar discutindo só uma parte da história. Temos que ter condições de ter Municípios que consigam fazer projetos de maneira mais efetiva. E as exigências para Municípios menores, que recebem emendas menores, têm que ser menores do que a dos outros, porque senão todo o mundo tem que fazer projeto executivo num nível caro, que demanda um esforço técnico que às vezes não se tem.

Há também questões legislativas. Por exemplo, a LDO passou anos dizendo que a Caixa tinha que olhar item por item da licitação, e, se o preço não acertasse na mosca o do SINAPI, nós estaríamos errados. E todo o mundo conhece o SINAPI aqui. Nós trabalhávamos dando uma folga, porque o preço do SINAPI é coletado na Capital, mas no interior há um custo de transporte diferente. Então, não se pode chegar e dizer assim: *“Eu vou ficar na mosca. Tem que ser isso aqui”*. Tem que ter uma folga para analisar. No entanto, a LDO passou anos dizendo que tínhamos que fazer desse jeito. E a LDO passa no Congresso.

Agora a LDO está melhor, melhorou bastante. Mas ela dizia que tínhamos que olhar a licitação com uma lupa. Só que não é nossa função olhar a licitação de lupa. A licitação é feita por quem recebe a emenda. Temos que ver se ele publicou, se está dentro dos critérios, se o preço está razoável, se foi cumprida toda a legislação. Mas não temos que olhar a vida inteira da licitação, porque não é essa nossa função. Os órgãos de controle têm que ir à Prefeitura, pedir a licitação e analisar se está sendo feita ou não. A LDO chegou a colocar isso há alguns anos. Então, quanto à legislação, como um todo, é preciso também ter cuidado, porque depois que isso é colocado não adianta dizer que não vamos fazer ou pedir para não fazermos. Portanto, há



contribuição nesse processo para todos. É isso que eu queria deixar claro, sem querer tirar os meus, de minha responsabilidade.

No ano passado — estamos tentando melhorar a nossa resposta —, nós aumentamos nossos quadros de engenheiro, técnicos sociais, analistas e cargos gerenciais, aumentamos para esse limite que temos hoje. Nós estamos hoje redimensionando. Eu tive uma reunião hoje com o pessoal da área de dimensionamento, no sentido de fazer um esforço para aumentar as G2 no Brasil, para aumentar as SRs, diminuir distâncias. O Rui conhece a distância da Bahia. Sair da SR de Feira de Santana e ir para Barreiras dá mais de mil quilômetros dentro do Estado. Nós estamos resolvendo esse problema, redimensionando nossa rede e redimensionando nosso pessoal. Esse é o nosso compromisso. Até julho nós teremos isso desenhado e vai melhorar bastante.

Além disso, nós temos feito trabalhos de formação. Então, nossa Universidade-Caixa tem feito esforço de treinamento. Treinamos 120 multiplicadores no SICOOB, para poderem aprender a lidar com esse novo sistema. Nós treinamos 4.680 gestores. Foi um esforço no sentido de conseguimos ter uma referência na Prefeitura. Essa referência, que pedimos ao Prefeito para nos mandar, é treinada pela Caixa no processo de repasse e no processo dos programas. Nós já treinamos 4.880. Temos a sala da Prefeitura, disponibilizamos plataforma no EP para consulta dos nossos diretores municipais, e etc. Então, esse é o esforço que temos feito, e vamos ampliar na sequência

Eu vou pular alguns ISATs porque eu não quero passar do meu tempo.

Temos nesse momento procurado aumentar, tentado criar uma força-tarefa, no sentido de, tendo como referência o prazo de 30 de junho, tentar salvar ao máximo as emendas que temos. Temos tomado uma série de providências nesse sentido.

E há uma boa notícia que a Presidenta Dilma deu na Marcha dos Prefeitos: todo esse diagnóstico que fizemos aqui, da situação do repasse, a Presidenta determinou que os Ministérios e a Caixa também — a Caixa deu uma série de sugestões — fizessem rapidamente um processo que diferenciasse essa questão que temos hoje, simplificasse o repasse para emendas até 500 mil, 1 milhão e conseguisse, com isso, até melhorar a capacidade operacional e liberar mais pessoas que são obrigadas a ficar fazendo vários passos nesse menor para se fazer o maior.

Então, o próprio trabalho de uniformização dos critérios de cada Ministério está determinado. Há uma série de medidas que a Presidenta determinou que eu acho que vão, sob o ponto de vista da democracia, melhorar nossa vida. Nós estamos em processo, junto com a SRI, com todos os Ministérios, inclusive o de Planejamento, e etc.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vamos passar mais rápido, senão não terminamos. Eu queria só que entendêssemos um pouco desse fluxo aqui, para não tomar mais muito tempo. Você tem a seleção, então, apresenta-se o plano de trabalho, a análise operacional e se contrata. Essa barra, que é a linha do tempo de um contrato, demora, numa emenda de 100 mil, 3 anos e um pouquinho, numa emenda de 500 mil, 1 milhão demora 4 anos. Essa primeira parte da barra até ali, início da obra, são as preparações que precisam ser feitas. Então, vão desde projetos, licenças ambientais, todas as licitações, análise de licitação, etc., etc. Metade do tempo é consumido preparando-se a emenda. Isso demora de 1,5 ano a 2 anos. Às vezes, somos obrigados a coletar por 1 ano para poder fazer o projeto.

Então, também entram na Caixa de uma maneira, vamos dizer assim, muito tardia projetos. Aí junta-se isso com o início de obra e, depois, há a prestação de contas. Então, essa linha do tempo aí é entre 3 e 4 anos. E a metade do tempo é preparação de projeto.

No meio disso pode haver uma análise demorada na Caixa? Pode. Pode haver uma dificuldade de ir lá fazer a medição? Pode. Pode haver interpretação de regra diferenciada? Pode. E tudo isso faz parte do processo. Mas há também demora para se responder uma série de pedidos técnicos que somos obrigados a fazer, a depender do porte e da condição de cada Prefeitura. Então, esse é o caminho que temos que fazer. A metade é preparação.

Isso aqui são algumas sugestões que estão sendo discutidas. Eu vou pular esse item porque vamos deixar a apresentação aqui e seguir para a simplificação da rotina das emendas até 500 mil. Há preocupação principalmente com relação aos recursos. É importante que se tenha uma quantidade de recursos. Quando se assina um contrato, é importante, por exemplo, que se tenha 50% dos recursos disponibilizados. Isso está sendo discutido, no sentido de se poder andar até 50% da obra, de maneira a se ter um segundo aporte de recursos,



não faltar recursos para medição, sincronizar melhor essa coisa. Tudo isso acho que vai ser equacionado pela determinação da Presidenta Dilma, a que eu me referi.

Quanto aos dois decretos eu queria passá-los mais adiante.

Esses são os Restos a Pagar que foram contratados.

Nós tivemos, de 2007 a 2008, 22.144 operações. Dessas, 20.808 tiveram Restos a Pagar prorrogáveis, ou seja, 93,9% das emendas. Então, estamos falando dos Restos a Pagar de 1993 a 1998. É lógico que, quando o calo aperta no pé da gente, só enxergamos ele. É claro! Não dá para não agirmos assim. Mas 93,9% das emendas das operações de 2007 a 2008 estão válidas, depois do processo. Há uma perda ali de 6,1%, que é lógico onde o calo aperta, de 2007 a 2008, que em valor dá 91,7%.

Esse aqui é um gráfico. O meu amigo Medaglia gosta de botar muitos números. Esse aí é um processo de 2009 que ainda tem obra iniciada em 4.721 unidades, de 12 mil. Então, nós temos que ir até o final, dia 30 de junho. Estamos num processo...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Quantos contratos?

**O SR. JORGE FONTES HEREDA** - São 12 mil contratos, 4 mil e alguma coisa estão...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Em cima de 2009?

**O SR. JORGE FONTES HEREDA** - De 2009, só. E nesses 8 mil nós estamos num processo de mutirão. A Caixa está trabalhando, junto com os Prefeitos, no sentido de tentarmos salvar o máximo que pudermos, em função do estágio em que está a emenda. É o seguinte: se estamos num estágio ainda de Causa Suspensiva, se não se conseguiu terminar o projeto, não se conseguiu terminar essa preparação, não tem como ser salva.

Agora, se está próximo de entrar, se entrar até 30 de junho a medição na Caixa está salva. Não vai precisar fazermos checagem para dizer se está ou não está. Nós vamos aceitar até 30 de junho. E vai valer. Nós vamos ter, depois, um processo que pode glosar ou não a parte da medição, mas até 30 de junho será aceita.

Para concluir, vamos em frente. Acabou? (*Pausa.*)

Então, fiz questão de falar desse processo. Eu sei que esse fato do dia 30 de junho é muito premente, muito próximo, mas precisamos garantir que esse processo se dê de uma maneira mais tranquila sempre, para que não tenhamos que viver situações como a que estamos vivendo.

Sr. Presidente, estou à disposição para qualquer esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Bom, eu, como autor do requerimento, vou de certa forma prescindir de fazer a primeira interpelação ao nosso convidado, mas não poderia deixar de me posicionar, até porque minhas interpelações serão alvo de preocupação de cada um dos senhores, que, durante diversas sessões ordinárias, extraordinárias e na audiência pública da Ministra do Planejamento, mostraram — num termo bem paraibano — sua agonia ou aperreio, com o Decreto nº 7.468.

Mas além da empatia, além do carisma pessoal do Presidente Jorge Hereda, de toda uma relação que S.Sa. tem com a Casa ou com as Casas, durante vários anos, o Presidente Hereda consegue aglutinar para si a nossa atenção, o nosso respeito e a nossa simpatia. E S.Sa. veio hoje efetivamente bastante preparado porque não trouxe apenas os projetos ou as esperanças, mas trouxe também suas dificuldades e fragilidades enquanto Caixa Econômica Federal.

Entendo que essa é uma postura de responsabilidade e que nós também a temos. Aquele quadro foi exposto mostrando as responsabilidades e as dificuldades que cada um deve ter. É o nosso dever de casa enquanto legisladores e deve estar como obrigação também do Executivo.

Basicamente queria perguntar ao Presidente se a Caixa, nesse caso do 30 de junho, tem condições, tem pessoal efetivo para analisar, pelo menos dentro da normalidade ou desse período quase que extraordinário de ação, esses projetos?

Eu tenho um irmão Prefeito e sei como é difícil, por exemplo, quando trata com esses escritórios credenciados. Uma coisa é tratar diretamente com a Caixa, que tem uma quantidade enorme de engenheiros, mas se precisou contratar mais de 2 mil. O credenciado tem recebido um tipo de treinamento para que não flexibilize, mas entenda os problemas que são apresentados.

V.Exa. expôs, com muita propriedade, Sr. Presidente, que a Caixa é a caixa de ressonância de todas as nossas queixas. Por quê? Porque todos os dias a Caixa recebe uma normativa nova da OGU, recebe um tipo de procedimento do TCU.

Então, criou-se na Caixa, nos engenheiros da Caixa e nos funcionários um pânico muito grande no sentido de colocar assinatura numa liberação de recursos.



Nós estamos vivendo num período em que a Caixa por si só também é pressionada. É pressionada pelos Prefeitos que querem ver a obra. E eu vi isso na Paraíba, numa cidade chamada Tacima, inclusive, foi isso que me impulsionou a estar aqui. Há 6 anos o homem é Prefeito e nunca recebeu uma obra, independente de ter recebido diversas emendas. Repito, há 6 anos a cidade de Tacima, no interior da Paraíba, nunca recebeu um repasse.

A pergunta é essa: Qual o papel do credenciado neste momento? E como poderíamos fazer, inclusive gostaria que V.Sa. expusesse as determinações, novamente, para simplificar esses processos? Essa é a minha posição. Vamos consentir que o Presidente Hereda se pronuncie a partir das falas de todos os nossos companheiros.

Cumprimento meu querido, o mais italiano de todos os brasileiros, Governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, uma figura muito querida do PMDB, um dos maiores valores que o partido tem entre todos os seus militantes e políticos.

Governador e futuro Senador Puccinelli, nosso abraço.

Deputado Efraim Filho, V.Exa. tem a palavra e dispõe de 3 minutos.

A inscrição continua aberta.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Agradecido, Sr. Presidente. Farei uso econômico do tempo em atenção à Caixa Econômica que está aqui presente.

Quero primeiro parabenizar o Presidente Jorge Hereda. Foi interessante a sua exposição, aclarou-nos muitas ideias e retirou algumas dúvidas, algumas permanecem. Tenho certeza de que no decorrer deste questionamento S.Sa. poderá esclarecê-las. A primeira delas me surpreende, Sr. Presidente, e notei até um teor de indignação na sua fala. É sobre o custo de 22 mil reais para emendas de 100 mil reais para análise. Realmente, as palavras de S.Sa. são exatas, é irracional, para se usar um eufemismo neste momento. Irracional é o mínimo que se pode falar deste procedimento.

Então, partiremos dessa premissa. O procedimento que há hoje é irracional. Ele tem de ser superado, e esta Casa tem uma missão e um desafio importantíssimo nesse sentido. Porém, dentro dessa irracionalidade você tem um prazo, estimou-se 3 a 4 anos. E nós analisamos que na prática é mais ou menos isso. Estou no meu segundo mandato, apesar de já ter uma história na política, mas na condição de Deputado Federal é o meu segundo mandato, e venho acompanhando as emendas que liberei a meus Municípios, as dificuldades fazem com que elas levem de 3 a 4 anos para se tornarem realidade.

Agora, Presidente, são 4.400 engenheiros e arquitetos, segundo os números que S.Sa. nos trouxe, 1.200 aproximadamente contratados diretos, 4.400 entre engenheiros e arquitetos diretos contratados. Ou seja, dá uma média de quase um para cada Município. Então, começa-se a ver realmente que não é apenas problema de legislação, mas de gestão. Onde estão concentrados esses engenheiros? Quais são as tarefas que estão cumprindo? A partir do momento que pegamos os números absolutos: 4.400 engenheiros e arquitetos, S.Sa. trouxe o dado de 5.200 Municípios, aproximadamente, se vê que dentro da gestão tem muito a ser feito internamente.

Queremos saber quais são as medidas que estão sendo feitas — capacitação, formação de gestores. Enfim, diante desse número de engenheiros e arquitetos, não se justifica a demora da Caixa na análise de medições, por exemplo, que é a maior grita dos Prefeitos: o tempo que se demora, que se dá entrada na medição até ela ser analisada. Então, gostaria que V.Exa. me esclarecesse quanto a isso.

Já partindo para a conclusão, dentro do meu tempo, gostaria também de saber de V.Exa. qual é — de repente nesses contratos de menor valor financeiro 100, 200 ou até 500 mil, mas vamos pegar os menores, que são o grosso — a possibilidade de ter outros bancos atuando em parceria. Sei que esse é um assunto tabu que tem que ser muito discutido. É um assunto que muita gente não gosta que seja abraçado. Mas há possibilidade de se trabalhar com outros bancos, inclusive, oficiais como Banco do Nordeste e Banco do Brasil, ou não? Ou essa pauta está fora da Caixa Econômica?

E, por último, Sr. Presidente, deixo aqui uma sugestão. Já pedi à assessoria técnica, e ela está preparando um requerimento para que criemos nessa Comissão um grupo de trabalho para tomar as providências e receber as sugestões que são apresentadas pela Caixa Econômica. E ela trouxe sugestões aqui muito interessantes: diplomas que eles seguem, quais os procedimentos que têm que ser simplificados e o que deve ser feito. Quando nós não fazemos, isso beira a irresponsabilidade, à inércia e à omissão desta Casa, nos tirando completamente qualquer argumentação em contrário no sentido de cobrar da Caixa, no mesmo patamar, ações rápidas, céleres e velozes que hoje realmente têm deixado a desejar.



Acho que como medida mais importante, pelo menos do que eu vi, a primeira medição só deve acontecer com 50% da obra. A obra está contratada, libera 50%, porque em caso de qualquer superfaturamento, irregularidade, desvio que exista, pode-se corrigir nos outros 50%. Agora, 10% da obra, 15% da obra, 25% da obra, botou dois paralelepípedos e vai medir.

Então, acho que nesses contratos de pequeno valor, podemos, sim, avançar nesse entendimento. E, Sr. Presidente, V.Exa. estava conversando, espero que o grupo de trabalho realmente não seja um assunto natimorto nesta Comissão, mas seja levado adiante. Fica a sugestão posta para que V.Exa. leve, inclusive, para apreciação do Plenário para resolvermos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Tanto apoio o grupo de trabalho sugerido por V.Exa. como o grupo de trabalho sugerido pelo Senador Wellington Roberto. Acho que são dois grupos de trabalho interessantes para o acompanhamento da execução orçamentária.

Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo, pelo PDT.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Sr. Presidente, Sr. Jorge Hereda, que comparece a esta audiência pública, Sr. José Carlos, primeiro, quero demonstrar a minha insatisfação e indignação.

O Presidente, Senador Vital, convocou-nos para uma audiência com o Sr. Jorge Hereda na semana passada. A tratativa de qualquer audiência pressupõe alguém marcar com outro e esse outro dizer que vai à Comissão. É inaceitável dizer aqui que há reunião do Conselho, e marcou a reunião. É inaceitável isso.

Aqui está presente o Prefeito da Jaíba. Prefeito nenhum, à primeira vista, quer obra da Caixa, nenhuma obra. Permita-me, o senhor não citou o Decreto nº 200 que, no seu art. 14, fala de simplificação, fala de racionalidade, e isso é princípio. A Caixa, usurpa alguns poderes ao dar a oportunidade para que o ente faça a licitação, ao invés de apenas fiscalizar se a licitação está completa. Aí pego o caso do Município da Jaíba. No dia 6 de abril, foi concluído, técnicos da Caixa mandaram iniciar a obra e se iniciou a obra com recursos da contrapartida; e no dia 30 a cancelaram.

Então, aceitar que apenas 5% é problema da Caixa também é irracional. É irracional lembrar que a Caixa esteve em greve e isso não foi considerado, Sr. Presidente.

O Deputado Wellington Roberto dizia no ano passado, e repete da mesma forma, que houve uma audiência que marcamos na própria Caixa Econômica Federal com a ex-Presidente e não foi atendida.

**O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO** - Estava lá o Vice-Presidente, à época, que nos atendeu.

**O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO** - Que atendeu, mas está repetindo da mesma forma.

Então, quero demonstrar aqui a minha indignação com o tratamento dado aos Parlamentares deste País.

Quero demonstrar também a análise de um processo. Quero citar o problema específico de se fazer análise para aquisição de um equipamento, em que se faz avaliação prévia de orçamentos de três firmas, depois da licitação. A demora é de 1 ano a 1,5 ano para essa análise. Em princípio, no nosso entendimento, enquanto não tivermos outros órgãos financeiros para fazer a mesma coisa, ou até melhor do que se faz hoje pela Caixa, não teremos solução. O que foi hoje apresentado já o foi várias vezes pela ex-Presidente. O que se tem agora é uma determinação da Presidenta para que simplifiquemos os processos.

Desta forma, vejo que não é solução alguma continuarmos da mesma forma. Temos de abrir a outras instituições financeiras, porque a Caixa recebe para isso; recebe e não faz a contento o trabalho que deveria no tempo adequado. Não existe nenhuma ferramenta para dizer que a Caixa fará a análise de um processo em certo tempo. Chega-se ao cúmulo do envio de recursos que vão de um Ministério com o papel de outro, e depois dizem que foi uma falha; com isso, o tempo passa e o recurso é perdido.

Então, eu espero Sr. Presidente, que tenhamos mais tempo ainda para debater. Trata-se de um tema que tem sido discutido várias vezes, e são sempre as mesmas desculpas, os mesmos problemas sem solução para com o que acontece com os contratos de repasse.

Quero apenas apresentar um dado: técnicos da Comissão de Orçamento demonstram que apenas 5% do total de convênios e contratos de repasse é que fazem o bolo do Município. Isso quer dizer que 95% dos recursos de obras e de tudo feito no Município é com dinheiro próprio.

Hoje tivemos oportunidade de confirmar isso, aqui mesmo, nesta Comissão, num seminário sobre fiscalização financeira — são só 5%. Por isso, se o Município tem condição de gerir 95%, por que não tem condição de gerir 5%?



Então, no meu entendimento, o processo é atrapalhado pela Caixa Econômica Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Ademir Camilo.

Concedo a palavra, por 3 minutos, ao Deputado Toninho Pinheiro, PP de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO** - Meus cumprimentos à Mesa, ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Como humilde Deputado, torço para que a Presidenta Dilma faça o mesmo Governo. Gostaria de fazer algumas análises de suma importância.

Eu tenho de sugerir que os repasses dos recursos do Governo Federal sejam feitos diretamente ao Município. Como disse o Deputado que me antecedeu, se o Município tem capacidade para receber o ICMS, o FPM e tem agentes para distribuir esses recursos financeiros, por que não tem capacidade para receber esses recursos diretamente do Governo Federal? Hoje, infelizmente, a Caixa funciona da seguinte forma: quando há uma pessoa doente, tem que dar um remédio, não pode dar a morte. Hoje, quando o Município está doente, a Caixa não lhe dá remédio, mas o mata. Essa é a realidade.

Sabemos que a Caixa não tem pessoal qualificado em quantidade para acompanhar os processos. Então, se o Município tem capacidade de gerenciar o ICMS e o FPM, por que não receber recursos diretamente do Governo Federal? Nós poderíamos, por exemplo, fazer uma proposta: quando o Governo Federal quiser enviar dinheiro ao Município, que convoque a Câmara Municipal, as associações comunitárias, as entidades, até o padre, o carteiro, seja quem for. Que convoque todo mundo para fiscalizar. O Prefeito recebe aquele recurso por mês, executa a obra e presta conta, de acordo com a lei. Se ele não for correto, que seja punido. Cadeia para ele. O que não pode acontecer é a Caixa ficar 3 anos com uma obra de 100 mil reais e não ter solução.

Isso é uma vergonha para nós. Hoje no Brasil 57% da população não tem coleta de esgoto. Isso é uma vergonha no nosso País. O Brasil hoje é o nono no *ranking* mundial da vergonha, porque 13 milhões de brasileiros não têm banheiro em casa. É uma situação muito grave. Sugiro que o Governo Federal passe o dinheiro diretamente para o Município.

Outra coisa: a Caixa deve cumprir o seu papel, como faz o Banco do Brasil, o BRADESCO, o Santander e outros: cuidar do dinheiro do povo brasileiro. Eu particularmente devo muito à Caixa, porque eu já tenho um empréstimo feito na Caixa, financio e pago a prestação por mês. Então, acho que a Caixa deveria fazer isso. Não pode ficar dificultando, o Governo Federal mandar para a Caixa e não chegar ao Município. Uma obra de 200 mil reais não pode chegar no Município. É uma vergonha!

Outra coisa que eu quero dizer é que existe uma prática da Caixa Econômica Federal que, infelizmente, dá oportunidade à corrupção. Eu vou explicar. Se a Caixa Econômica Federal contata o Município e pede que ele faça o projeto, quando a obra é muito cara, o Município não tem dinheiro. Isso abre precedente para a corrupção, para a ladroagem. O certo seria a Caixa Econômica Federal depositar o dinheiro na conta do Município, convocar a sociedade local, a Câmara Municipal, e ali o Prefeito, com dinheiro em caixa, licitar o projeto, executar a obra e prestar contas, de acordo com a lei, com honestidade. Se ele fizer a obra perfeita, ele pode receber mais dinheiro, agora, se ele não fizer, tem que colocar na cadeia. Quando se exige que o Prefeito faça o projeto primeiro, muitas das vezes pode ser complicado, não tem recursos e pode haver corrupção. A Caixa nunca deveria, nessa situação, primeiro exigir o projeto; ela tem é que mandar o dinheiro para lá.

Vou dar um exemplo. Há uma questão importante no Brasil: saneamento básico. A rede de esgoto hoje é o grande problema nosso, ninguém pode viver sem rede de esgoto. Cinquenta e sete por cento da população não têm rede de esgoto. A minha humilde opinião e a minha humilde ideia: a Caixa Econômica Federal pega 5 quilômetros de rede de esgoto, vamos supor que fique em 500 mil reais. A Caixa libera 500 mil reais para o Município. O Município pega esse dinheiro, licita o projeto, executa a obra, e presta contas, de acordo com a lei. Automaticamente, ele prestando contas, de acordo com a lei, com honestidade, ele estará capacitado para receber mais recursos, simultaneamente. Aí nós vamos ter, com pouco dinheiro, rede de esgoto em todo o Brasil. Agora, ir à Caixa e ficar esperando 300 mil reais por 4 anos é querer que o Brasil continue na miséria. E a Presidente Dilma quer um Brasil sem miséria.

Portanto, eu acho que a Caixa não tem competência, não tem condições, não é papel da Caixa fazer intervenções no dinheiro do Governo Federal para o Município. Se ela quiser fiscalizar, tudo bem. Mas os recursos têm que ser repassados do Governo Federal para o Município. Isso é muito importante.

Era o que eu queria dizer.

Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Toninho.



Com a palavra o Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, queria saudar o nosso Presidente Jorge Hereda, o Sr. Medaglia, que aqui já esteve na última oportunidade, mas houve um desencontro de agenda. É importante entendermos essas coisas, pois todos nós somos homens e mulheres da causa pública, temos nossas agendas. Nosso respeito também ao trabalho que o nosso Presidente Jorge Hereda vem fazendo na reestruturação da Caixa, com os avanços que a Caixa já obteve, primeiro quando Vice-Presidente, juntamente com a nossa Presidente Maria Fernanda e, agora, com a missão de ser Presidente, e naturalmente as tarefas não são poucas.

É claro que no começo do nosso Governo houve, de sorte que todos nós estamos tratando disso, o encontro da realidade. Os empenhos eram feitos, e na prática a Caixa Econômica cumpre a função que poderia e deveria ser do Ministério, porque o Ministério aprova apenas o plano de trabalho. Já houve um tempo que para que o Ministério empenhasse ele deveria posteriormente conveniar, analisar tecnicamente, e para isso deveria ter toda essa estrutura de engenheiros e arquitetos. A fim de agilizar é que a Caixa Econômica cumpre essa missão, designada pelo Governo. Portanto, tem que haver compreensão.

Há uma situação concreta que nós devemos considerar nesse tema, que é a insuficiência de técnicos nos Municípios para a preparação complexa de um projeto e o cumprimento das exigências legais para o recebimento de recursos do Orçamento Geral da União. Debatíamos nós, do PT, com a Senadora Gleisi Hoffmann sobre o PPA, debatemos com o nosso Relator da LDO e haveremos de fazer algumas adequações na próxima LDO, que votaremos neste semestre, para que haja essa simplificação para repasses menores, talvez de até 500 mil reais, que a nossa Presidente Dilma assumiu.

Entendo que muitas vezes atribui-se à Caixa Econômica Federal aquilo que, eventualmente, é tarefa do Prefeito. Eu queria fazer uma sugestão: a emenda Parlamentar, que é identificada como do Parlamentar até o dia em que é empenhada, quando chega na Caixa Econômica, Presidente Hereda, ela não tem necessariamente essa identificação.

Portanto, nós Parlamentares, que temos os nossos gabinetes, as nossas assessorias, poderíamos ajudar os Prefeitos a dar um andamento muito mais célere na documentação, mas, muitas vezes, não temos essa relação com a Superintendência da Caixa, com as Superintendências Regionais.

A identificação das emendas parlamentares, de todos os Parlamentares, de A a Z, do PT a PSDB e Democratas, todos, seria algo útil. O Prefeito não diz: "*Esqueci de mandar o documento*"; ele diz: "*Ah! O problema é da Caixa*", e o pau come. Todos nós ouvimos isso, nós Parlamentares ouvimos isso sistematicamente.

Essa seria uma das sugestões para que tivéssemos, ao longo do acompanhamento, porque o sonho do Presidente da República ao gerente da Caixa, ao funcionário da Caixa, passando naturalmente pelo Parlamento, em especial pelos Parlamentares, é ver aquela fotografia da obra empenhada, uma fotografia bonita, que tenha continuidade, que se consiga de fato realizar a obra, ir à inauguração de uma creche, de uma adutora de água, de poços artesianos, enfim, de um enorme número de obras propiciadas pelo OGU.

É bom destacar que o volume de trabalho propiciado por um Governo que faz investimentos, libera investimentos e realiza obras, como o Governo Lula e o Governo Dilma, propiciou um enorme crescimento. No começo cada Parlamentar tinha em torno de 2,5 milhões de emendas parlamentares liberadas, Deputado — como diz o Deputado Geraldo Simões tempo ruim, o bom baiano Geraldo Simões —, e hoje são 13 milhões de reais. Multiplicou-se pelo menos por seis, por cinco, para falar pouco, fora os convênios e programas que também passam pela Caixa Econômica, porque para além do Orçamento há os convênios que passam pela Caixa Econômica.

Então, Sr. Presidente, esta Comissão tem a tarefa de na LDO, no PPA e nas normativas diversas, ajudar efetivamente a Caixa Econômica, que é o grande banco do povo brasileiro, que cumpre essa missão, além dos programas sociais, que por si só são um novo banco dentro da Caixa Econômica.

Essa é a missão que V.Exa. tem, como Presidente organizado, para que esta Comissão ofereça para a Nação normas mais céleres sem abrir mão da austeridade necessária que os órgãos de renegociação exigem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO** - Sr. Presidente, só para agradecer a presença do Prefeito Marcílio, de Taquaraçu de Minas, uma cidade pobre, que está aqui sofrendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Seja bem-vindo, Prefeito, a esta Casa.



As emendas à LDO, a partir de hoje, estarão disponibilizadas. O relatório preliminar votamos ontem. A partir de hoje já corre o prazo para as emendas à LDO. As manifestações de V.Exas. têm que estar esculpidas em emendas à LDO.

Deputado Rui Costa, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Presidente Jorge Hereda e o Sr. Medaglia pela exposição e pela iniciativa, pela coragem em reconhecer os ajustes que precisam ser feitos — e estão sendo feitos — na Caixa Econômica Federal para resolver aquilo que é da competência da Caixa, a parte que lhe cabe nesse fluxo das emendas parlamentares.

Acho que esta Casa também precisa discutir o fluxo e as normas. A Caixa, pela exposição, está discutindo com o Ministério do Turismo, com o Ministério das Cidades, com o Ministério do Planejamento, com a Casa Civil sobre os critérios e o fluxo. Não é possível — e foi bem exposto pelo Presidente da Caixa — que uma obra de 100 mil, 200 mil, 300 mil, 500 mil reais, que seja, tenha o mesmo rigor e o mesmo acompanhamento de uma obra de 5 milhões, de 10 milhões, de 20 milhões de 50 milhões de reais. Isso não é possível! É uma deseconomia colocarem-se todos os órgãos de controle, todos os órgãos de gestão para acompanhar e ir várias vezes à obra. Uma obra de pequeno ou até de médio porte pode ter, no máximo, na minha opinião, duas visitas para fiscalização.

Esta Casa tem que ter coragem para discutir o papel do Tribunal de Contas, que, condicionalmente, é um órgão auxiliar desta Casa e vai e volta estabelece normativos que estão inviabilizando. Vejo aqui a unanimidade da crítica, quase que exclusiva, em cima da Caixa Federal. Portanto, é preciso discutir esses normativos que os Tribunais de Contas têm feito.

Entendo que não cabe à Caixa Econômica fiscalizar o concreto, o traçado do concreto, quantos sacos de cimento levou, qual o tamanho do ferro, do muro ou da construção. Como bem disse o Deputado, o Município tem que se responsabilizar pela obra ou o Estado. O contrato é do Governo Federal, com a intermediação da Caixa. Não cabe a ele, o gestor, que fez a licitação, fiscalizar, muito menos à Caixa. São 12 mil contratos. Imaginem a Caixa fiscalizar o processo licitatório de 12 mil contratos. Se há irregularidades, abre-se um processo contra o Prefeito ou anula-se o processo de licitação do Prefeito. A Caixa não pode funcionar como fiscal das licitações. Então, não cabe, na minha opinião, à Caixa ficar exercendo papel que o Tribunal de Contas exige. Isso nós temos que ter coragem de dizer.

Estamos na LDO agora. Eu inclusive vou fazer uma emenda no sentido de restringir esses normativos que muitos Tribunais de Contas têm feito, porque, na verdade, eles estão legislando de forma sucessiva sobre essa questão.

Então, entendo que é urgente que haja, Presidente Jorge Hereda, a conclusão desse processo de negociação da Caixa com os Ministérios, para todos esses valores menores. Eu não sei o percentual, se o senhor tiver o percentual eu gostaria, das obras — é até 500 mil, 82%. Imaginem: 85%, até 500 mil, nós limparíamos da pauta a maioria das obras. Então, no máximo, duas visitas e o Município se responsabilizando tanto pela licitação quanto pela qualidade da obra. A Caixa vai fiscalizar se a escola foi construída ou se a rua foi calçada? Se o traçado do cimento ou a espessura da parede foram feitos? Isso cabe aos órgãos fiscalizadores. Aí, sim, o Tribunal de Contas nomeia um fiscal que vai lá fiscalizar a espessura do muro que o Prefeito construiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo o Deputado Rui Costa.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Zulke, bravo petista do Rio Grande.

**O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar a presença entre nós do Presidente Hereda, ao mesmo tempo em que parabenizo pela iniciativa de realizar o convite.

Sr. Presidente, fico muito satisfeito com a forma franca, aberta como V.Exa. abordou a pauta que aqui foi proposta, identificando inclusive os problemas existentes e apontando alguns caminhos que devemos percorrer para superar essas dificuldades.

Quero aproveitar, até porque sou cristão novo na Casa, para parabenizar, Sr. Presidente, a equipe da Caixa como um todo, pelo extraordinário papel que vem cumprindo no nosso País, um País que não realizava obras, que não tinha programas sociais e que, nos últimos anos, modifica completamente essa realidade; e passa a desenvolver obras, ações e programas importantes.

Cito apenas dois deles: o Plano de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa, Minha Vida. E, evidentemente, esses novos programas, com a potência que têm, passam a exigir de todos nós, especialmente das instituições convocadas para executá-las, mudanças em sua estrutura.



Penso que a Caixa Econômica Federal, ao longo desses últimos anos, conseguiu reestruturar-se e cumprir um papel extraordinário. Quem diria que poderíamos construir 1 milhão de casas neste País ou assinar os contratos no tempo em que foi viabilizado esse programa e que teríamos um agente operador capaz de realizar isso? Quem diria que poderíamos, em tão pouco tempo, estar aptos a viabilizar os recursos para as obras de saneamento que estão acontecendo em todos os cantos deste País?

A Caixa Econômica Federal, portanto, está de parabéns, na minha opinião. Evidentemente que tem problemas, tem dificuldades, até mesmo pelo tamanho dos programas e das demandas que lhe são apresentadas, mas, como bem disse o Presidente Hereda, temos de ter cuidado para não atirar no alvo errado.

Pela exposição aqui feita, salvo o melhor juízo, o principal problema não está na Caixa, mas nas normas que lhe são impostas e que ela deve seguir. Aqui foi dito pelo Deputado André Vargas, que me antecedeu, que as próprias legislações que dizem respeito ao Orçamento, ao PPA, à LDO estabelecem um conjunto de regras que a Caixa tem de seguir. E onde é que são definidas essas regras, normas e leis? Aqui, nesta Casa.

Então, penso que devemos compreender que também devemos dar nossa contribuição, adequando essa legislação, para que a Caixa possa dar conta da sua função.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE** - Para concluir, Sr. Presidente, quero apenas sugerir ao Presidente Jorge Hereda que, se possível, nos informasse sobre o encaminhamento dado pela Presidenta Dilma Rousseff, que, quando da Marcha dos Prefeitos, reconheceu as dificuldades que existem na tramitação burocrática da Caixa e propôs a constituição de um grupo de trabalho para sugerir alterações. Em que pé está isso? Já andou? Que reuniões foram desenvolvidas?

E, por fim, também na sua exposição, o senhor indicou a existência de algumas lacunas legislativas. Quais são as lacunas, se é que eu compreendi bem, que o senhor poderia apresentar para que esta Comissão pudesse dar contribuir para que elas fossem efetivamente corrigidas?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Zulke.

Professor Setimo, companheiro do PMDB, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PROFESSOR SETIMO** - Sr. Presidente, Presidente da Caixa, Dr. Jorge Hereda, em meu primeiro mandato, logo que cheguei a esta Casa, fui um dos grandes críticos da Caixa. Muitas vezes, Prefeitos chegavam a mim e diziam o seguinte: "*Se os recursos vierem para a Caixa, eu não quero, estão dispensados*". E isso aconteceu em 2004, 2005. Eles recusavam os recursos que vinham para a Caixa.

Lembro que, em reuniões da bancada do Nordeste, fiz umas críticas muito duras. De lá para cá, a Caixa avançou. Hoje, estendo a mão à palmatória. Não sei nas outras superintendências, mas quero parabenizar a Superintendência da Caixa no Estado do Maranhão. Atuo em diversas cidades, mas principalmente na cidade de Timon, que foi beneficiada pelo PAC 1. Ali, durante esse período, depois das críticas feitas, a Caixa avançou, facilitou a aprovação de projetos, acabou com muitas exigências burocráticas. Hoje, eu dou como exemplo a cidade de Timon, onde, no setor de habitação, mais de 6 mil casas foram construídas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na cidade de Timon, rapidamente foi implantado um sistema de abastecimento de água com três grandes reservatórios de água, e a Prefeita realizou 2 milhões de metros quadrados de pavimentação com paralelepípedo. E a Caixa foi muito importante na aprovação, na liberação dos recursos e na fiscalização. Quero, portanto, reconhecer que a Caixa avançou.

Sr. Presidente, tenho uma sugestão — porque vejo que isso ainda está travando na Caixa — com relação a liberações de emendas destinadas às Prefeituras. No final do ano, o Ministério empenha, fornece o número do empenho, mas, no dia 31 de dezembro, o convênio não está pronto.

No Maranhão, algumas Prefeituras deixaram de assinar convênios porque o dia 31 é a data limite na Caixa. Quem não assinar até o dia 31 perde a emenda empenhada.

Na CODEVASF e na FUNASA, se não assinarem até o dia 31, não está perdido o empenho. Assinam em janeiro, fevereiro ou março. Na Caixa, não. Se não for assinado até o dia 31, está perdido o empenho. Não entendo isso.

Então, muitas Prefeituras deixaram de assinar até o dia 31 e tiveram de recorrer à Justiça para assinarem os convênios.

Se a CODEVASF e a FUNASA podem assinar após o dia 31, que o mesmo seja levado aplicado na Caixa.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital Do Rêgo) - Agradeço ao Professor Setimo.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado e sempre Presidente Arlindo Chinaglia, Relator da lei orçamentária anual.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, cumprimento V.Exa. pela iniciativa. Cumprimento também o Presidente da Caixa, Jorge Fontes Hereda, e a sua equipe, na pessoa do Medaglia, pela exposição e pelo trabalho.

Quero, quase de forma extemporânea, porque estamos no final, dizer que a Caixa Econômica, para a sorte de qualquer Governo, de alguma maneira funciona como um para-raio. Então, muitas vezes quer se culpar o termômetro pela febre; ou imaginar que a febre é a doença — a febre é apenas uma expressão dela.

No início de sua exposição, o Dr. Jorge Hereda, de forma muito elegante, disse que 56% dos processos burocráticos são decorrentes de leis; 34% dos gestores, ou seja, dos Ministérios. Depois, ele disse que 6% têm origem na Caixa e 4% são do TCU.

A conclusão que se impõe é que, primeiro, ou a Caixa cumpre as regras ou incorrerá em erro. Sendo assim, quero, modestamente, fazer uma sugestão, e isso não fere o que foi proposto por outros Deputados, especialmente pelo Deputado Ronaldo Zulke. É claro que aqui podem ser apresentadas sugestões.

Acho importante, sem prejuízo do que aqui foi comentado, darmos continuidade ao diálogo entre a Comissão Mista de Orçamento e a Caixa Econômica Federal, para que, no processo de discussão da LDO e do Orçamento, possamos produzir algumas alterações já neste ano. Em relação ao que exigir mudança na legislação, que sejam apresentadas propostas, incluindo o papel do Tribunal de Contas da União, que pode e deve ser convidado para participar desse diálogo, até para que cada funcionário público entenda a dimensão daquilo que, por exemplo, é uma orientação e acaba se tornando uma norma. E, na palavra sempre muito autorizada do Presidente Jorge Hereda, acaba virando uma regra às vezes completamente fora do razoável.

Então, ao identificarmos aquilo que é fora do razoável, aquilo que contraria as boas práticas administrativas, temos de corrigir imediatamente.

Só faço uma pergunta: em que medida a Lei de Licitações poderia ser eventualmente alterada, por exemplo, para as pequenas emendas? A Lei de Licitações, muitas vezes, serve para aumentar o preço. Se alguém fica de fora, entra com um processo judicial e aquilo vira um gasto incomensurável. Já é passada a hora de trabalharmos isso no Congresso Nacional.

Há outros modelos no mundo. Às vezes, a licitação é feita por meio de projeto, ou seja, não necessariamente estamos acertando na nossa legislação.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - O Presidente Arlindo Chinaglia era o último orador inscrito, mas o meu queridíssimo Presidente Delcídio do Amaral me pediu para fazer uma breve indagação e, por sua credibilidade e pelo afeto que tenho a ele, ele tem sempre precedência.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL** - Muito obrigado, Sr. Presidente, competente Senador Vital do Rêgo.

Quero cumprimentar o querido Jorge Hereda e o caro José Carlos Medaglia Filho.

A minha pergunta segue a linha do que disse o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator. No entanto, quero apenas fazer um registro. Em Mato Grosso do Sul, o Paulo Antunes e sua equipe têm procurado atender à bancada. Mesmo em face das dificuldades — Restos a Pagar 2007, 2008, e mesmo 2009, que agora estamos discutindo —, a Caixa Econômica Federal está efetivamente mobilizada em Mato Grosso do Sul e tem ajudado muito a nossa bancada.

O nosso Estado precisa dos recursos federais. Os senhores conhecem muito bem o perfil do nosso Estado. Portanto, essas emendas são absolutamente fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso do Sul.

Evidentemente, vamos acompanhar. O José Carlos Medaglia, diligentemente, tem nos cobrado a buscarmos conhecer o andamento, a avaliar, através da nossa bancada, os trabalhos da Caixa Econômica Federal.

Aqui foi dito que, anteriormente, se fosse através da Caixa, alguns Prefeitos não queriam receber recursos. No entanto, em Mato Grosso do Sul, no Maranhão e no Paraná a resposta da Caixa Econômica Federal tem sido extremamente eficiente.



A minha pergunta, como disse, segue a linha de raciocínio do Deputado Arlindo Chinaglia. Estamos falando de emendas de 250 mil, de 300 mil, de 500 mil reais. Caro Jorge Hereda, não podemos tratar uma emenda de 500 mil reais como tratamos uma emenda de 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões. Precisaremos simplificar o processo como um todo. Há emendas que mobilizam hora/engenheiro, viagens, e, daqui a pouco, o custo é do tamanho do recursos da emenda.

Então, precisamos simplificar isso, porque vai dar agilidade, vai atender os Municípios, respeitando-se a boa aplicação dos recursos liberados.

Portanto, minha solicitação é no sentido de que a Caixa veja isso com atenção e estabeleça um piso mínimo para dar celeridade e facilidade na implantação dessas obras, sem prejuízo da qualidade e da utilização adequada dos investimentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Tendo o Senador Delcídio do Amaral concluído, quero dizer ao Sr. Jorge Hereda que ele recebeu 10 intervenções, interpelações, solicitações e convocações diante da parceria que esta Comissão Mista de Orçamento deseja ter com a Caixa Econômica Federal. Quase todas...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Ainda, Deputado André?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, não. Só um...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Sim. Faça. Desse tamanho.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Trinta segundos.

Primeiro, um comentário. Apesar da grande participação a esta audiência pública, quando comparecem dá menos gente que quando não comparecem. Vejam que estava lotado aquele dia. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo) - É sempre um prazer muito grande.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A outra coisa é a seguinte — não sei se o nosso Presidente poderia comentar. Não é com relação à OGU, mas quanto ao Minha Casa, Minha Vida. Trata-se daquela polêmica sobre a pavimentação. Não sei se o Medaglia já tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - A medida provisória que está aqui comigo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu faço em meu nome, mas também em nome de vários Parlamentares. Então, eu solicito...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

Sobre o problema da pavimentação como critério para a infraestrutura, para...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não para conjuntos, mas para construções isoladas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - ...construções isoladas, a partir de julho.

Passo a palavra ao Presidente Hereda para suas considerações a respeito das intervenções que foram feitas.

**O SR. JORGE FONTES HEREDA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de, mais uma vez, me desculpar pela ausência na semana passada. Realmente, foram motivos que fugiram ao meu desejo.

Quero também fazer a defesa da minha querida amiga e antiga Presidenta da Caixa com relação à reunião com os Deputados e Senadores. A filha dela passou mal e ela pegou um avião foi para Recife. Infelizmente, essas coisas acontecem. Não foi por vontade dela. Eu conheço muito bem a querida ex-Presidenta Fernanda e sei muito bem do respeito que ela tem por esta Casa e a forma com que dirigia a Caixa no sentido de atender a todos os Deputados.

Portanto, é só um esclarecimento. Peço desculpas de novo pelo problema. Tentamos resolver, dentro da burocracia, quando o problema aconteceu, mas, infelizmente, não foi possível. Quero reafirmar nosso respeito e nossa total consciência da importância de a Caixa ter um relacionamento com o Congresso Nacional.

Tenho feito um esforço muito grande, nesses dois meses depois que assumi, de estar aqui. Estive com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, com bancadas, sempre tentando responder a todos os convites que recebo.

Tenho dito internamente que, para a Caixa, é muito bom poder falar para os Deputados, porque existe uma incompreensão muito grande quanto ao tamanho do problema, sem fugir, repito, às nossas necessidades de melhorar.



Portanto, ninguém mais do que nós, da Caixa, temos interesse de participar sempre de todas as audiências que forem possíveis. Tenho certeza de que hoje os próprios Parlamentares descobriram algumas questões que normalmente não eram possíveis de ser esclarecidas.

Os investimentos do Governo Federal, de 2003 para cá, cresceram muito.. Neste País, não se fazia projeto, não se tinha recursos para infraestrutura. Esse processo de crescimento, que aconteceu no Governo do Presidente Lula e que está mais do que reforçado no Governo da Presidenta Dilma, tem efeitos que precisam ser sempre, e cada vez mais que se investe, trabalhados com relação à necessidade de capacidade operacional para o País responder a isso. Capacidade operacional dos empresários, capacidade operacional das Prefeituras, capacidade operacional da máquina do Estado — seja da Caixa, seja dos Ministérios, haja vista até a própria atitude que a Presidenta tem tomado no sentido de ela mesma coordenar todo o processo de execução de obra, como no caso da Copa, e as medidas que ela tem tomado inclusive para acelerar processos, como ocorreu em relação aos aeroportos e tudo o mais.

Portanto, tivemos — é só ver o crescimento mencionado em nossa apresentação — um crescimento muito grande de novas obras e de processos. Eu tenho muito — muito mesmo — orgulho de ser Presidente da Caixa Econômica. Foi a Caixa Econômica que viabilizou o Minha Casa, Minha Vida no Brasil — sozinha. Ninguém acreditava que conseguíssemos contratar mais de 1 milhão de moradias, neste País que não fazia isso há anos — há anos. Isso significou a realização de entre 4 mil e 5 mil contratos a cada dia. Cada dia, ao levantar, sabíamos que precisávamos fazer entre 4 mil e 5 mil contratos.

E nós fizemos. E nós fizemos pelo compromisso que essa instituição tem, pela vontade com que seus funcionários sempre respondem a todas as metas que recebem. Tenho certeza — e digo isso com muita tranquilidade, porque não sou funcionário de carreira da Caixa, mas aprendi isso nos 6 anos em que estou na Caixa — de que não há uma meta que tenhamos dado para essa equipe que não tenha sido atingida. Nenhuma! Portanto, eu tenho muita tranquilidade de dizer que a Caixa responde.

E quero também dizer para os senhores que, se olharmos para o PAC, é a mesma coisa. Quando falam em colocar outras instituições no processo, eu afirmar que a posição da Caixa Econômica sempre foi de não ter problema nenhum em relação a isso. Aliás, para nós, seria ótimo se tivéssemos alguma referência, porque aí veríamos que a questão não reside apenas na capacidade operacional. A questão reside em todo um processo que precisa ser revisitado.

E hoje — é muito importante que os Deputados tenham essa informação — já é possível qualquer banco público fazer repasse no Governo. Não tem nada que impeça alguém de fazê-lo. Nós perguntamos: por que não se faz? Não se faz porque é um trabalho muito difícil de ser feito nos padrões que nos são impostos, com relação às regras etc. Então, não é todo mundo que está disposto a enfrentar inclusive situações em que se vira bode expiatório. Nós o sabemos. E essa instituição faz porque tem compromisso com o Governo, tem compromisso com o Brasil.

E vamos continuar fazendo. Não temos nada contra alguém entrar. Achemos que é ótimo recebermos ajuda nesse processo. Vamos ter agora os nossos colegas do Banco do Brasil no Minha Casa, Minha Vida. Estamos abrindo a Caixa para eles, toda a nossa forma de fazer o processo. Acreditamos que toda ajuda seja bem-vinda para fazermos as coisas acontecer no País. Então, não temos nenhum problema com isso, como temos demonstrado na prática.

Agora, é lógico que, com o aumento de investimento que estamos vivendo, temos de estar sempre revisitando a nossa capacidade operacional. E é isso o que estamos fazendo agora.

Temos 4.400 engenheiros e arquitetos trabalhando. É lógico que não há um engenheiro para cada Município. Às vezes, existem apenas três, quatro obras num Município e não dá para ficar um engenheiro ali. Quer dizer, é um processo mais otimizado que acontece. Temos dado conta.

Posso dizer para os senhores o seguinte: não vou dizer que não tenha acontecido nenhum caso no Brasil em que a Caixa demorou para fazer alguma coisa e prejudicou o Município. É lógico que isso pode acontecer quando se trabalha com 52 mil contratos. Os profissionais que mencionamos aqui são só os que trabalham diretamente. Tem muitos funcionários da Caixa, das SRs, que também trabalham nisso. O Senador Delcídio do Amaral falou muito bem e citou funcionários das SRs, da rede da Caixa, que eu não computei nesse número.

Agora, estamos satisfeitos com o número de profissionais que temos, com as regionais que temos? Não estamos. Hoje, eu tive uma reunião com meu pessoal, que já estava estudando a revisão para ampliar SRs, para ampliar GDU e ampliar o número de profissionais também, para que possamos melhorar.



Hoje, há situações em que temos de percorrer mil quilômetros para fiscalizar uma emenda de 6 mil reais. Estamos encurtando essas distâncias. Trabalhamos com terceirizados que são acompanhados, supervisionados e orientados pelos nossos técnicos nessa questão.

Isso não quer dizer que não existam falhas. Com muita humildade, digo que, numa empreitada desse tamanho, se quisermos, podemos procurar uma série de falhas e alguém dizer *“Ah, aconteceu isso comigo”*. Agora, eu também posso, com muita tranquilidade, dizer que já ouvi de vários parceiros: *“Olha, eu fico tranquilo porque a Caixa Econômica está aí. Eu não preciso me preocupar, que a coisa vai ser feita direito”*. Já ouvi isso de muita gente. Já ouvi de muita gente que a Caixa foi ajudar a fazer o cronograma, foi ajudar a fazer, foi ajudar a entregar.

Não dá para acharmos que, quando uma coisa demora quatro anos, é só por falta de análise. A análise pode ter contribuído para atrasar algum processo, alguma coisa, mas é porque, quando chega, já demorou quase um ano, um ano e meio para aparecer o projeto. Aí, para analisar tem que ser a coisa mais rápida do mundo. Por isso, é importante entendermos o processo.

Acho que temos dado prova do que temos feito. Nossa contratação de crédito imobiliário subiu de 5 bilhões de reais, em 2003, para quase 180 bilhões de reais no ano passado. Quem faz isso? E por que conseguimos essa agilidade no Minha Casa, Minha Vida? Eu ousou dizer que é porque as normas do Minha Casa, Minha Vida, de crédito, são da Caixa. Tem poucas normas externas. É a norma do agente financeiro. Se é norma do agente financeiro, nós fazemos, com toda a nossa burocracia, da forma que achamos que é melhor para trabalhar.

Em relação às emendas, eu sei que tem gente que insiste em não entender. Eu quero dizer o seguinte: a Caixa não usurpa nenhum tipo de coisa. Aliás, nós odiamos ter que fazer coisa que não... É aquela história de matar o carteiro: você é que tem de dizer que não pode isso, não pode aquilo.

Então, só fazemos o que a regra nos manda fazer. Se disserem lá: *“Não olhe cálculo”*, eu não vou olhar cálculo, porque eu não olho para PAC, por exemplo. Se disser assim: *“Olha, você não precisa olhar licitação”*, que é uma coisa que já... Eu já fui ao Tribunal de Contas; já estive lá, quando era Vice-Presidente, dizendo assim: *“Olha, não dá para olhar licitação desse jeito que vocês querem, porque isso não é... Nós teremos que refazer a licitação inteira, se for olhar desse jeito.”* Já fiz isso.

Quer dizer, eu tenho muita tranquilidade para dizer que precisamos melhorar a nossa estrutura. Nós estamos respondendo cada vez que aumenta o número de processos.

Quero dizer também que temos procurado receber Parlamentares toda quarta-feira. Nossa Assessoria Parlamentar está ali — o Vânio, o André; nosso Jurídico também, com o Jailton. E toda quarta-feira recebemos os Parlamentares, Deputados e Senadores. Estamos à disposição para todos os esclarecimentos necessários.

Quanto à atuação, a Presidenta Dilma já mandou o grupo, chefiado pelo SRI e pelo Ministério do Planejamento, refazer todo esse processo. Isso está sendo feito, e em breve vamos ter uma resposta que eu acho que vai ser boa para a Caixa e vai ser boa para todo mundo.

Quero, mais uma vez, agradecer e dizer que foi muito importante para nós podermos fazer esses esclarecimentos e que, com muita humildade, vamos sempre procurar melhorar o máximo e responder.

Agora, de uma coisa os senhores podem estar certos: se a Caixa não serve para prestar esses serviços, não há nenhuma outra máquina no Brasil que possa fazê-los.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Presidente Jorge Hereda.

Já estamos no encaminhamento das matérias na Ordem do Dia do Senado. Agradeço, penhoradamente, a todos os funcionários, à Assessoria da Casa.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, um esclarecimento. Não é pergunta, um esclarecimento do Presidente sobre essa data dos Restos a Pagar.

Ele falou em 20 de junho. O decreto fala em 30 de junho, apenas. Essa data de 20 de junho é a data...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - É a data interna da Caixa.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - O Dr. Medaglia poderia se pronunciar, para entendermos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Temos um pedido de esclarecimento do Deputado Efraim Filho, que é pertinente.

Com a palavra o Dr. Medaglia.

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Sr. Deputado, não citamos nenhum prazo limite diferente do decreto. O decreto fala em 30 de junho, data em que tem que ser entregue um boletim de medição.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Vital do Rêgo) - Isso.

**O SR. JOSÉ CARLOS MEDAGLIA FILHO** - Nós sugerimos que quem tem documentação nos entregue imediatamente o projeto e a licença ambiental, e sugerimos que, até o dia 20, nos entregue a licitação, de maneira que nós possamos fazer a análise.

E remetemos aos Srs. Prefeitos a reflexão de que vejam o que entendem como viável. Nós cumpriremos o prazo do decreto, que é dia 30. Agora, acho difícil que alguém aqui não tenha projeto, licença ambiental e que não esteja com a licitação na rua, consiga cumprir o prazo do dia 30. Por isso é que sugerimos datas em que ele interaja conosco. É uma sugestão de data.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Perfeito.

Eu agradeço ao Presidente e fico à disposição.

Obrigado a todos. Tenham todos uma boa tarde.

Fiquem com Deus.